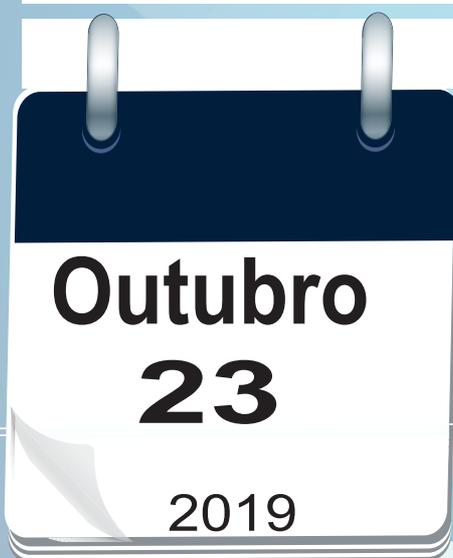
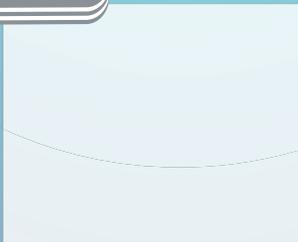


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Ex-reitor da UEG multado por nomear aprovados em concurso fora da ordem de classificação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás aplicou multa ao ex-reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Haroldo Reimer por solicitar a nomeação de servidores concursados fora da ordem de classificação em concurso. O certame para provimento de cargos de docente foi realizado entre os anos de 2013 e 2014. Relatório do conselheiro Sebastião Tejota acatando representação do Ministério Público de Contas e aplicando multa de R\$7.042,22 ao ex-reitor foi aprovado em sessão ordinária realizada nesta quarta-feira (16/out).

Durante a nomeação dos aprovados no concurso para professor, o Serviço de Fiscalização de Pessoal concluiu que três candidatos foram preteridos por outros que obtiveram pontuação menor. Posteriormente, esses professores vieram a ser nomeados (os dois últimos em 2018). Em contraditório, segundo o TCE-GO, o ex-reitor admitiu ter realizado as nomeações sem respeitar a nota obtida pelos candidatos no certame.

Para o relator, a correção da falha pelo Chefe do Executivo afastou a irregularidade, mas não a responsabilização daquele que deu causa. "Ao requisitar a nomeação dos candidatos sem respeitar a lista de classificação dos aprovados, resultou em prejuízo irreparável ou de difícil reparação aos docentes, com reflexos na carreira pública, nos direitos do funcionalismo e no tempo de aposentadoria".



Força-tarefa restaura e pavimenta rodovias em todo Estado

Investimentos chegam a R\$ 130 milhões somente nas obras em andamento e manutenção rodoviária

Da Redação

O Governo do Estado, por meio da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), deu início, nos meses de setembro e outubro, a uma força-tarefa de obras voltadas para implantação e restauração de rodovias goianas e conservação de vias. Somados, os investimentos realizados pelo governador Ronaldo Caiado chegam a R\$ 130 milhões. Outras 170 ordens de serviços foram assinadas para pequenas obras.

Estão sendo implantadas e pavimentadas as rodovias GO-336, que liga os municípios de Crixás e Nova Crixás; GO-184, de Jataí a Caiapônia; GO-132, de Colinas do Sul a Minaçu; e GO-439, que une Pilar de Goiás a Guarinos.

Seguem, também, em ritmo acelerado, as restaurações da GO-164, que une o município de Quirinópolis à rodovia BR-452; rodovia GO-326, no trecho entre Sanclerlândia e Buriti de Goiás; GO-418, do entroncamento da GO-060 ao município de Fazenda Nova e entroncamento da rodovia GO-326, e GO-060, no trecho Iporá - São Luís de Montes Belos - Firminópolis.

De acordo com o presidente da Goinfra, Pedro Sales, essas frentes de trabalho já são o reflexo do planejamento do Governo

de Goiás, que tem o projeto de recuperar e expandir todo o sistema viário goiano. "São os primeiros de uma série de investimentos que serão feitos, sempre com transparência e zelo pelo dinheiro público", afirma.

PAVIMENTAÇÃO

Os serviços de implantação e pavimentação da GO-336 (Crixás-Nova Crixás), com extensão de 66,16 quilômetros, estão com diversas frentes de trabalho. A rodovia GO-184, conhecida como estrada velha de Caiapônia, e que liga a cidade a Jataí, já está com cerca de dois quilômetros concluídos.

No Vale do São Patrício estão sendo executados 7,36 km de pavimentação na GO-439, entre Pilar de Goiás e Guarinos. A GO-132, que liga Colinas do Sul a Minaçu, recebe serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica. Sua extensão é de 20,2 Km.

RESTAURAÇÃO

A recuperação dos 43,4 quilômetros da rodovia GO-418, no trecho compreendido entre Fazenda Nova e o Entroncamento da GO-324, segue com várias frentes de trabalho com o intuito de adiantar as obras antes que se inicie o período chuvoso. A restauração da rodovia GO-164, que liga Quirinópolis até a ro-



dovia BR-452, está recebendo os serviços de revestimento asfáltico (fresagem) e imprimação (aplicação de camada de material asfáltico sobre a superfície da base), além de reparos localizados nos 57,7 Km de sua extensão.

A rodovia GO-326 também está sendo totalmente recuperada. O trecho entre Sanclerlândia e Buriti de Goiás, com 15,5 Km, está sendo restaurado, inclusive, com reciclagem da base da via. Estão sendo também restaurados os 45,9 quilômetros do Anel Viário de Niquelândia e a

rodovia GO-060 no percurso Iporá, São Luís de Montes Belos e Firminópolis. São 111,5 Km de rodovia.

CONSERVAÇÃO

A Goinfra mantém, ainda, frentes de trabalho em todas as regiões do Estado. Estão sendo desenvolvidas operações de recuperação, restauração e manutenção da malha rodoviária goiana. A atividade permanente inclui reparos localizados, roçagens mecânicas e manuais, limpezas e pinturas de bueiros,

meios-fios, sarjetas, descidas de águas, entre outros.

A Goinfra mobilizou várias frentes de trabalho para a recuperação da Rodovia GO-454, que liga a ponte do Cocalinho à GO-164. Foram disponibilizados maquinários e equipamentos para concluir a recuperação da via, além de grande quantidade de técnicos. Os serviços devem ser entregues à população na próxima semana.



Programa PróAtleta tem pagamento de mais duas parcelas

Da Redação

Resgatando o compromisso feito com os atletas de alto rendimento, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, efetuou nesta terça-feira, 22, o pagamento de mais duas parcelas do programa PróAtleta. Os valores depositados em outubro aos 600 atletas beneficiários do projeto somam R\$ 500 mil.

Ao todo já foram seis parcelas das bolsas de incentivo do governo estadual para aqueles atletas que representam nosso Estado em competições escolares, estaduais, nacionais e internacionais.

“Ficamos felizes em efetuar o pagamento de mais duas parcelas do PróAtleta. Todo o esforço de nossa parte representa o compromisso do Governo de Goiás com a classe desportista. De agosto para cá, o investimento feito com as bolsas chega a R\$ 1,5 milhão. Os resultados têm saltado aos nossos olhos, todas as semanas recebemos dezenas de atletas que nos trazem medalhas das mais importantes competições em diversas modalidades”, comentou o secretário Rafael Rahif.

O titular da Seel falou ainda sobre uma importante alteração no PróAtleta em 2019, a prestação de contas mensal, instrumento que permite o controle da secretaria sobre a utilização dos recursos investidos pelo Governo de Goiás.

“Temos a ordem do governador

de fazer o uso correto dos recursos públicos, por isso, instituímos a prestação de contas mensal. O atleta que compete o ano todo, que utiliza a bolsa para melhorar suas condições de treinamento, para participar de competições, continuará recebendo a bolsa durante todo o ano. O que queremos evitar é que o atleta participe de uma competição na temporada inteira, mas receba a bolsa todos os meses”, relatou Rahif.

Segundo o cronograma estabelecido com a Secretaria da Economia e apresentado aos atletas, em novembro serão pagas mais duas parcelas e em dezembro uma parcela, que, somada às parcelas pagas em agosto, setembro e outubro, totalizam as nove parcelas que serão pagas em 2019.

O PROGRAMA

O PróAtleta tem como objetivo auxiliar atletas de rendimento em Goiás em busca de grandes resultados nas principais competições das mais diversas modalidades. Para isso, o projeto apoia 600 esportistas de oito a 35 anos, divididos em três categorias: estudantil, estadual e nacional, ou seja, desde o atleta em formação até aqueles que já representam nosso Estado internacionalmente. Ao todo são 600 bolsas, sendo que 10% destas são reservadas para o paradesporto.



Caiado: mudanças nas OSs vão gerar economia de R\$ 10 mi/mês

“Meu compromisso é com 7 milhões de goianos”, disse o governador em entrevista à Interativa FM. Assuntos como crise hídrica, educação e gestão fiscal também pautaram sabatina

Helton Lenine

Uma economia de quase R\$ 10 milhões por mês e um aumento de 28% no número dos atendimentos. Esses são resultados que o governador Ronaldo Caiado calcula alcançar com a troca ou manutenção das organizações sociais (OSs) responsáveis pela gestão de unidades de referência, como o Hospital de Urgências de Goiânia. O assunto foi abordado durante entrevista ao vivo, no programa “Palando Sério”, da rádio Interativa FM.

Segundo Caiado, a transição será exatamente como a lei determina, respeitando todas as etapas cabíveis. “Haverá total transparência no uso do dinheiro público. Mas, o que precisamos é economizar. Não posso manter estruturas que não correspondiam às necessidades do Estado”, declarou.

Atualmente, há uma fila com mais de 50 mil pacientes à espera de cirurgias eletivas. Esse número tem diminuído e a meta do governo é acabar com essa fila. Para isso, o governador está investindo na regionalização da

Saúde. “Estamos diminuindo porque estamos ampliando o atendimento para outras regiões do Estado de Goiás. Abri em Catalão, Jataí, cidade de Goiás e Anápolis. Essa estrutura toda está sendo modernizada. Ontem, abri mais R\$ 2 milhões para a Santa Casa de Goiânia”, exemplificou Caiado, citando o convênio firmado entre o Governo de Goiás e a unidade de saúde, que passará a atender mais casos de média e alta complexidade nas especialidades vascular, cardiovascular e de urologia.

O governador enumerou outra série de providências para melhorar a Saúde pública em Goiás. “Hoje são 55 novos leitos de UTI. Não se ouve mais falar da crise do Materno Infantil, que foi resolvida por nós”, citou, destacando ainda a reestruturação de hospitais que estavam totalmente desativados, como a Santa Casa de Catalão e de Anápolis, o Hospital Padre Tiago, em Jataí; o Hospital São Pedro de Alcântara, na cidade de Goiás; além da inauguração das primeiras policlínicas no Nordeste goiano.



Ronaldo Caiado: ações concretas para recuperar a saúde

CRISE HÍDRICA

Outra questão em discussão foram os planos de governo, em longo prazo, para se combater a escassez hídrica em períodos de seca. Caiado pontuou que, a despeito da excepcionalidade da estiagem na capital este ano – 130 dias sem chuva – teve uma postura proativa diante do problema. “Logo em abril, quando recebi as primeiras previsões da meteorologia de uma seca prolongada, já decretei o estado de alerta. Adotamos uma série de medidas para conscientizar o cidadão”, lembrou Caiado, mencionando o projeto “Banja & Sato”, da Saneago,

e o trabalho feito junto a produtores rurais, que também atenderam o chamado do governo para doar parte de seus reservatórios.

“Conseguimos não só salvar os produtores rurais, bem como a população de Goiânia, que não ficou um dia sequer sem água. Resultado de um governo que não se acomoda em ficar dentro do ar refrigerado. Gestão é isso: ter coragem para enfrentar os problemas”, afirmou Caiado.

Em sua segunda participação na Rádio Interativa este ano, Caiado também abordou questões como o pagamento do piso salarial para os professores. “A reivindicação é mu-

to justa. Na primeira chance que tiver para fazer reajustes, a Educação certamente será atendida”, afirmou.

O governador também destacou sua articulação junto ao Supremo Tribunal Federal, para negociar os desdobramentos da decisão da corte de que as Emendas Constitucionais 54 e 55, aprovadas em 2017, pela Assembleia Legislativa, são inconstitucionais. As emendas retiraram da contabilidade de gastos com pessoal, para fins de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os custos com pensionistas e com o imposto de renda retido na fonte de servidores públicos.



Municípios terão entrada automática em reforma

PREVIDÊNCIA ESTADUAL Segundo Caiado, texto será de acordo com o que vem sendo “modulado em Brasília, mas incluindo prefeitos”; “teremos simetria entre Brasil, Goiás e municípios”, diz

PREVIDÊNCIA ESTADUAL Segundo Caiado, texto será de acordo com o que vem sendo “modulado em Brasília, mas incluindo prefeitos”; “teremos simetria entre Brasil, Goiás e municípios”, diz

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O texto da reforma da Previdência estadual deve ser entregue pelo governo de Goiás à Assembleia Legislativa nos próximos dias e incluirá os municípios sem que os prefeitos precisem votar a adesão nas câmaras municipais. Durante reunião realizada ontem entre o governador Ronaldo Caiado (DEM), o vice-governador, Lincoln Tejota (Pros), o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), prefeitos e secretários, o presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves, apresentou proposta para que a reforma passe a vigorar para os municípios 60 dias após a aprovação na Assembleia. Na oportunidade, Caiado garantiu que o pedido será atendido.

Além disso, o governador também afirmou que o texto da reforma em Goiás será semelhante ao discutido no Congresso Nacional. Por este motivo, o Estado aguarda a promulgação da reforma nacional - que foi aprovada em 2ª votação no Senado ontem (veja na página 5) - para encaminhar a matéria para o legislativo goiano. “Não podemos desenharmos 27 textos no Brasil. Estamos fazendo aquilo que vem sendo modulado em Brasília, mas incluindo prefeitos. Teremos uma simetria entre Brasil, Goiás e municípios”, disse o governador.

Durante seu discurso, Caiado deu ênfase à importância da reforma destacando números do Estado, como o desequilíbrio entre os 67 mil servidores aposentados e pensionistas e os 63 mil ativos. Ainda segundo o governador, em um cenário saudável, o Estado deve ter cinco servidores ativos para cada aposenta-



Ronaldo Caiado, entre o vice-governador, Lincoln Tejota (Pros), e o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), durante reunião ontem com a FGM

“**Não podemos desenharmos 27 textos no Brasil. Estamos fazendo aquilo que vem sendo modulado em Brasília”**

Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás

do. No entanto, disse Caiado, Goiás atualmente tem 0,9 servidor ativo para sustentar 1,1 aposentado. “Não existe mágica. Não tem como o Estado sobreviver desta forma. Todos os meses tiramos do Tesouro R\$ 230 milhões por mês para a Previdência”, disse o governador.

Em seu discurso, o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), fez críticas à exclusão de Estados e municípios da reforma da Previdência nacional e disse que prefeitos, deputados estaduais e governadores não desejavam discutir o tema em suas regiões. “É uma matéria muito polêmica. Ne-

nhum de nós queria estar votando. Respeito a decisão do Congresso Nacional, mas não concordo. Essa responsabilidade não deveria ter sido jogada para nós. A Assembleia não fará o mesmo com os municípios”, disse o presidente. Goiás tem 176 municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ou seja, cidades que possuem os próprios institutos de previdência.

Apesar de ter garantido a inclusão dos municípios, Lissauer afirmou que existem deputados contra a reforma. “Vamos buscar entendimento. A proposta seguirá o rito de 10 sessões ordi-

nárias para começar a ser discutida e precisa de 25 votos para ser aprovada. Os deputados terão tempo para discutir com as categorias que representam. Mas nenhum deputado é contra a inclusão de municípios”.

Como mostrou reportagem do POPULAR publicada no domingo, o projeto de reforma da Previdência que será encaminhado ao Legislativo prevê economia de R\$ 9,9 bilhões em dez anos, caso seja aplicada uma alíquota extraordinária para servidores públicos, que também será discutida na Casa. Sem a nova alíquota, a economia estimada é de R\$ 8 bilhões.

Goiás pode ser o primeiro Estado a ter a própria reforma

“A reforma da Previdência não vai resolver o problema completamente”, a frase foi repetida pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (PSB), e pela secretária da Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, em seus discursos durante reunião com prefeitos de cidades do interior de Goiás ontem, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

“A reforma não vai acabar com o déficit, mas diminuir. Da mesma forma que ocorre com o

Estado, vai acontecer com os municípios”, disse Cristiane. Se a proposta foi aprovada, Goiás será o primeiro Estado brasileiro a ter a própria reforma. O presidente do Goiás Previdência (GoiásPrev), Gilvan Cândido, classificou a reforma como “medida para ajuste suave ao longo dos anos”.

Caiado também disse que o processo para recuperar a Previdência será “gradual e longo” e destacou que Goiás tem a maior taxa do País, de 14,25%. “Os gráficos mostram que mesmo

com a reforma, os valores continuam ascendentes”.

O presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves, argumentou que, mesmo diante do cenário, prefeituras com menor arrecadação não têm condições para contratar consultoria e arcar financeiramente com o processo de construção de uma reforma da Previdência. “O prefeito que não quiser entrar na reforma estadual, pode fazer a lei separada”, afirmou o presidente.

Os prefeitos que decidirem

não entrar na reforma estadual, precisam informar à Assembleia Legislativa. Entretanto, Haroldo afirma que, diante da situação financeira, nenhum dos 176 municípios com RPPS deve fazer o pedido. “Mesmo aqueles que têm caixa no Instituto de previdência não devem ficar fora da reforma. No futuro, o fundo estará inviabilizado”.

DIÁLOGO

A reunião com prefeitos não teve a presença de nenhum representante do Poder Judiciário.

Como publicado pelo POPULAR, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) divulgou nota afirmando que não participou das discussões e defendeu “amplo estudo e discussão” sobre a matéria.

O Judiciário ainda disse no texto que desconhece os detalhes da proposta. Questionado sobre o diálogo com o Tribunal, Caiado disse que é amigo pessoal do presidente do TJ-GO, desembargador Walter Carlos Lemes, e afirmou que os dados foram enviados para o Judiciário.



GOIÁS

Liminar suspende validade de concursos

Liminar assinada pelo juiz Gustavo Dalul Faria, da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, suspendeu ontem, de forma provisória, todos os concursos públicos do Estado de Goiás que estão em plena validade.

A decisão considerou a existência de acordo celebrado entre os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, pela Defensoria Pública e Ministério Público, que estabeleceu que não haverá nomeação decorrente de aprovação em concur-

so público até junho de 2020, devido a dificuldade financeira do Estado.

De acordo com a liminar, a suspensão será enquanto perdurar o acordo, levando em conta argumento da ação, que aponta que o acordo vai alcançar concursos já realizados que vão caducar caso o prazo até junho de 2020 seja cumprido.

Em nota, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) disse que o Estado ainda não foi comunicado da decisão. (Larissa Quixabeira)



Katherine Alexandria

Tarifa da Enel sofre redução, após subir 27% desde 2017

Aneel diminui em 5,08% a conta residencial, mas valor pago pelos goianos está 81,82% maior do que era cobrado em 2009

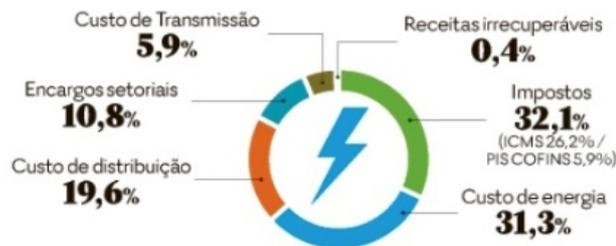
De olho na conta

Reajuste anual da tarifa de energia da Enel
Distribuição Goiás passou a valer no dia 22 de outubro

COMO FICOU O REAJUSTE PARA O CONSUMIDOR

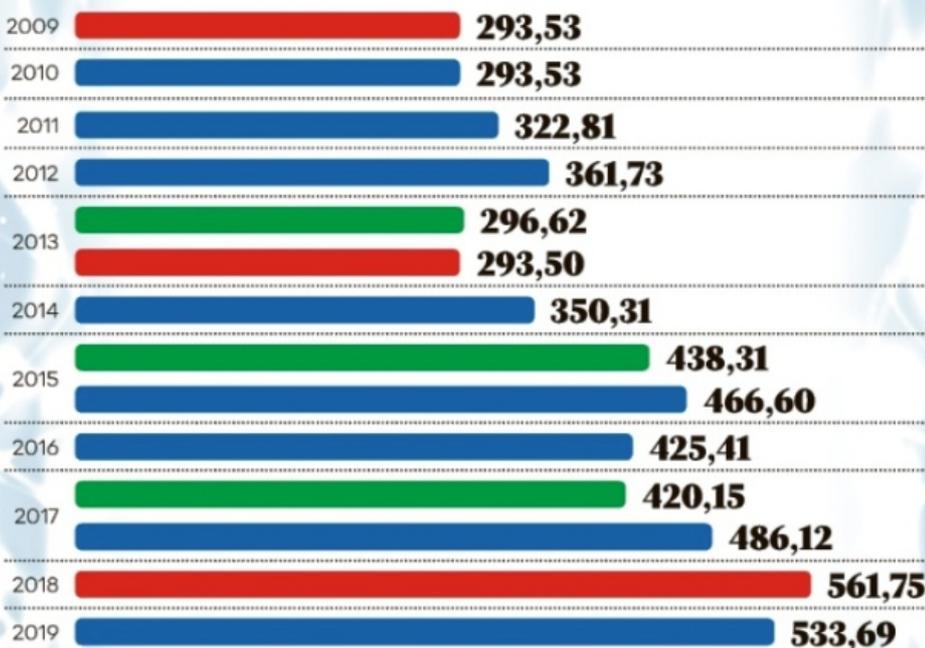


COMPOSIÇÃO DA TARIFA



EVOLUÇÃO DA TARIFA RESIDENCIAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (R\$)*

■ Reajuste ■ Revisão ■ Revisão tarifária extraordinária



*Por MWh Fonte: Aneel

O POPULAR (23/10)



A tarifa de energia cobrada pela Enel Distribuição Goiás sofreu uma redução média de 3,90% após o reajuste anual aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que passou a valer ontem. Um alívio que chega à redução de 5,08% para o consumidor residencial com custo de R\$ 533,69 o Megawatt-hora (MWh). Porém, se comparado ao que vigorava há dez anos, o valor pago pelos goianos é hoje 81,82% maior – acima da inflação (IPCA) para o período (75,77%).

Desde que a Enel assumiu a antiga Celg, o que ocorreu em 2017, a tarifa das residências ficou em média 27% mais cara na área da distribuidora. Na conta de energia do consumidor, a variação pode ter sido ainda maior, pois entram as bandeiras tarifárias (verde, amarela, vermelha), por exemplo, o que faz com que o custo final tenha mais oscilações a depender dos adicionais aplicados.

De outro lado, a distribuidora não está sozinha nessa trajetória. O custo da energia ficou maior para os brasileiros de forma geral. Em comparação com outras distribuidoras, a tarifa praticada pela Enel em Goiás era a 24ª maior em ranking com 53 companhias de energia. Com o reajuste deste ano, passou a ser a 18ª mais barata do País.

O principal fator a puxar a tarifa para baixo este ano ocorreu por medida adotada pela Aneel em agenda de desoneração tarifária com o pagamento antecipado do empréstimo da Conta ACR em setembro. Impactou o reajuste em -5,12%. Diz respeito à cessão negociada com bancos em 2014 e 2015 para cobrir rombo no caixa das distribuidoras e que começou a ser paga pelos consumidores em 2015.

O empréstimo teria de ser quitado até abril do ano que vem. Foi antecipado depois de intensa negociação da Aneel, Ministério de Minas e Energia e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O cálculo da agência é de que isso retirou R\$ 8,4 bilhões das contas de luz dos brasileiros até 2020. Também por esse fator, outras distribuidoras tiveram reajuste negativo este ano, inclusive maiores que o da Enel – a CPFL Piratininga teve redução aprovada ontem em 11,38%.

“Esse empréstimo (Conta ACR) teve vários efeitos cascata no setor e com juros embutidos. Ao tirar da tarifa, há o desconto. Mas por mais que fique mais baixa a tarifa, não volta aos patamares de 2015”, alerta a consultora da Thymos Energia, Ana Carolina Silva, ao explicar que como o item afeta a parcela da tarifa que é paga somente pelo consumidor cativo, os consumidores da alta tensão (livres/industriais) tiveram redução tarifária menor.

A conta ACR faz parte dos encargos setoriais, que ao todo corresponderam a um efeito de -6,42%. Entre os fatores considerados para o cálculo tiveram alta custos de transmissão (0,88%), compra de energia (0,44%) e dentre os componentes financeiros o risco hidrológico calculado com previsão para os próximos 12 meses aumentou 4,68% em relação ao processo tarifário de 2018 – quando a alta média da tarifa foi de 18%.

“O risco hidrológico é um dos itens que mais afeta”, explica a consultora sobre a metodologia, que repassa ao consumidor as oscilações até das chuvas. Porém, no fim, a parcela mais pesada para a tarifa continuam sendo os impostos, que correspondem a 32% do custo.